
Os (novos) problemas sociais da infância: Uma aproximação sociológica

Florbela Samagaio

Abstract

The (new) social problems of children

This issue is about some (new) social problems wich affects children nowadays. It is a result of an empirical research near doctors, psychologists, educators and teachers, but also near children (6 – 12 years old). We wish to know about their opinion, what they say about their own problems such as how they spend their time near families.

Giving voice to children. What they think about their family? And how is their useful time near family?

We are coming to a conclusion: higher classes spends a better useful time in family than lower classes.

The methodological strategy utilized was the thecnic of interview.

O presente relato constitui um momento de reflexão no contexto de uma pesquisa teórica e empírica mais ampla que se encontra em curso: uma investigação no âmbito da Sociologia da Infância, uma abordagem extensiva e qualitativa da(s) infância(s) moderna(s).

(Re)conhecer alguns problemas de carácter social que comumente afectam as crianças em Portugal, pela complexidade e vastidão do assunto, só pode significar correr *riscos epistemológicos*, no entanto, a pertinência do mesmo apela decididamente a uma reflexão e a uma divulgação do que se vai verificando. Sem dúvida, fase exploratória de uma investigação que se pretende desenvolver e ainda mais terminar, o (re)conhecimento destes problemas implicou e implica recolher informação sobre os mesmos que afectam as crianças não só na perspectiva de alguns actores sociais situados em lugares funcionais específicos: educadores/professores 1º ciclo, médicos e profissionais que acompanham crianças e jovens em situação de risco (Segurança Social), como também, e não menos importante, auscultar junto das crianças alguns dos seus problemas, *dando-lhes voz*.

Poderá ainda constituir uma visão redutora da realidade em questão, no entanto, procura abarcar opiniões de actores sociais privilegiados que contactam com a criança em espaços para além do núcleo familiar, assim como das próprias crianças através da aplicação de um pequeno modelo de observação e análise no concelho do Porto, também ele ainda em construção.

Procura-se pois dar a voz a elementos pertencentes aos três eixos fundamentais de política social, de protecção e eventual promoção da infância na sociedade moderna: educação, saúde e situações de risco. E pretende-se, mais do que tudo, ouvir as crianças numa época de (pós)modernidade que se adivinha, na qual a criança poderá *participar* de uma outra forma, e contribuir, ainda que modestamente, para a visibilidade desta nova corrente do saber sociológico – a Sociologia da Infância.

1. A metodologia e questões afins

Falar da infância e mais concretamente dos seus problemas implica logo à partida a sua consideração numa perspectiva interdisciplinar. De facto, aprendem os sociólogos com Marcel Mauss que todos os fenómenos que ocorrem numa sociedade são pluridimensionais. A Sociologia tem pois esta vocação ambiciosa de enquadramento. Sendo assim, toda e qualquer visão construída é sempre redutora. Com Adérito Sedas Nunes, aprendem, por sua vez, que o sociólogo não examina fenómenos de que ninguém mais toma conhecimento, simplesmente ele olha esses fenómenos de um modo diferente. Mas, com Emile Durkheim interiorizam a lição de que *os factos sociais são coisas*, são fenómenos em si mesmos, desligados dos sujeitos conscientes que deles têm representações. Para completar, e não para confundir, aprendem os

sociólogos que o sentido da acção é fundamental na sociologia compreensiva de Max Weber, para quem compreensão e explicação andam associadas.

É o que nos propomos fazer – olhar os problemas das crianças numa perspectiva interdisciplinar, embora incompleta pois como já foi referido o processo de investigação encontra-se em curso e portanto inacabado; olhar os problemas das crianças de um modo diferente e olhar os mesmos como *coisas* resultantes de algumas alterações nas e das estruturas sociais, com base no sentido que os sujeitos lhe atribuem. Esta é uma das tarefas dos sociólogos!

Ouvindo actores sociais específicos que diariamente contactam com a criança, através de entrevistas semi-directivas, designadamente médicos de família, pediatras, assistentes sociais, educadores e professores tenta-se construir essa visão do todo. Devemos alertar que em virtude quer da morosidade do processo investigativo em curso quer da limitação temporal desta comunicação, apenas serão aflorados alguns resultados.

As questões respeitantes às crianças em situações de risco, pela complexidade e especificidade do assunto não se encontram contempladas nesta comunicação. Estão separadas para efeitos de análise.

O período da infância é relativamente abrangente, 0-12 anos, o que nos permite não só falar de *infâncias diferenciadas* como relaciona-las com problemas mais ou menos específicos, é uma pista de investigação que fica em aberto...

Quisemos dar a voz às crianças e para isso aplicamos as técnicas relativas à entrevista conversa com crianças. Recolher informação junto de crianças é tarefa agradável e gratificante mas também é tarefa difícil e intensa. Efectivamente e citando Manuel Pinto “Grande parte das propostas recentes que se constituem como contributos para a construção de uma sociologia da infância são teóricas e metodologicamente inspiradas nas correntes de sociologia interpretativa, de inspiração fenomenológica, nomeadamente o interaccionismo simbólico e a etnometodologia”. (Saramago, 2001:13)

A entrevista conversa é uma técnica que implica um conjunto de preocupações adicionais na sua planificação, desenvolvimento e aplicação. É orientada por grandes blocos temáticos intercomunicáveis que deverão possibilitar uma viagem temática pertinente e lógica. Torna-se fundamental definir com clareza o bloco temático inicial, o tema central, os temas adjacentes e o seu encadeamento interno, estruturando as questões de cada bloco temático tornando operacional a intercomunicabilidade dos assuntos. Entrevistar crianças é um processo de interacção genuíno na essência das relações humanas. É importante que a criança olhe para o entrevistador como um parceiro de conversa e que, invertendo os papéis, lhe coloque mesmo questões. Estas podem constituir pistas de assuntos a abordar. Existem algumas modalidades de entrevistas-conversa (Saramago, 2001). No nosso trabalho, foram aplicadas quer entrevistas-conversa grupais quer entrevistas-conversa singulares. As primeiras foram aplicadas a grupos de 6 a 8 crianças, serviu como estratégia de aproximação ao conjunto das crianças e as segundas foram obviamente realizadas individualmente e permitiram o aprofundamento de núcleos temáticos considerados mais pessoais e íntimos, delicados, sobre os quais a criança não se sentia à vontade para falar na presença de pares.

Foram construídas *à priori* algumas categorias de análise relacionadas com a vida quotidiana das crianças (por exemplo, representação da escola, representação da família, castigos aplicados, entre outros), as quais não serão apresentadas devido ao limite de tempo disponibilizado para esta comunicação. No entanto, convém destacar duas: por um lado “tempo útil em família”, por outro a representação da “família”: o primeiro constitui, um indicador teoricamente construído na encruzilhada do tempo ocupado e do tempo livre. O tempo quotidiano está dividido em dois tempos, o tempo de trabalho e o tempo livre. Enquanto este diz respeito à satisfação das nossas necessidades básicas, embora de carácter não obrigatório, aquele respeita às tarefas de carácter obrigatório. Embora os conceitos também possam ser relativizados e (re)construídos. De qualquer das formas há um terceiro tempo, que é o que resta ao indivíduo. Este será um tempo que cada um de nós possui para *si próprio*, podemos chamar-lhe tempo de ócio, tem como finalidade a auto-realização do indivíduo, permitindo o seu desenvolvimento global. Aplicando esta grelha conceptual às crianças entrevistadas, podemos

considerar que o tempo de trabalho é aquele que é passado na escola, o tempo livre é aquele que a criança ocupa no A.T.L., normalmente na realização dos trabalhos de casa, e o tempo de ócio é aquele a criança utiliza para sua auto-satisfação. Preferencialmente, este tempo de ócio deveria ser ocupado em família permitindo à criança uma aprendizagem afectiva e social plenas. Procuramos saber junto das crianças como é ocupado este tempo.

Começamos a vislumbrar um problema de carácter social.

A categoria relativa à representação familiar, por sua vez, é subdivida em *família idealizada e família real*.

As estratégias metodológicas aplicadas consistiram basicamente em entrevistas semi-directivas em profundidade e em entrevistas-conversa. Procedeu-se a uma análise qualitativa das primeiras por se tratar de entrevistas exploratórias de um processo mais alargado e a uma análise de conteúdo por ocorrências no que respeita ao tratamento da informação das segundas.

2. As crianças e o despertar...para a cidadania

A criança deve ser considerada como um sujeito activo no próprio processo de construção da sociedade. Sendo assim, enquadrada em fases de vida particulares e considerada como uma categoria social específica – a infância, as crianças fazem necessariamente parte desta construção social permanente – que é a própria sociedade – e intervêm na regulação e na organização das sociedades, das relações sociais e das transformações sociais.

Enquadrada teoricamente, de forma diferenciada, pelas várias ciências, e tida como questão pluridimensional, a noção de infância reforça a sua visibilidade nesta viragem de milénio. Quanto à sociologia, particularmente, esta permite (re)descobrir principalmente dois níveis de análise, por um lado o que respeita à sociedade no seu conjunto na construção da qual as crianças participam activamente, referimo-nos à imagem da criança – cidadão e/ou da criança cidadã, por outro lado o que se refere à consideração da criança como um conjunto bio-psico-social relativamente estruturado e com modos de vida específicos que se caracterizam por formas de linguagem, jogos, rituais, e modos de vida próprios. Interessa-nos especialmente a imagem da criança –cidadã /criança cidadão.

As crianças têm sido encaradas de modo culturalmente diferenciado ao longo dos tempos. Na idade média, por exemplo, “as crianças são representadas como adultos em miniatura (homunculus): trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos” (Pinto, 2000:60). A partir de finais do século XVII e concretamente já no século XVIII, assistimos à emergência da ideia moderna da infância como fase de vida relativamente autónoma face ao mundo da adultez. Actualmente, acreditamos que a infância é constituída por momentos/fases de vida relativamente diferenciadas entre si. Podemos assim referir que estamos perante *infâncias diferenciadas* de acordo com as suas faixas etárias e de acordo com os seus universos socioculturais. São conhecidos os estudos da psicologia, designadamente de J. Piaget, sobre as fases do desenvolvimento cognitivo do ser humano em busca do equilíbrio assim como as referências sociológicas em torno das culturas infantis.

São várias as imagens da criança que povoam o nosso quotidiano, desde a criança que trabalha, a criança que aprende e estuda, a criança mimo, a criança mendiga e/ou que vive em situação de pobreza. A estas imagens, cremos ser pertinente acrescentar uma outra: a da criança vítima. O que se torna comum a todas estas imagens é que a sociedade portuguesa nos últimos anos tem vindo não só a torná-las mais visíveis como a atribuir-lhe *outros significados*.

Acreditamos que a criança desempenha um papel activo na sociedade moderna, variando de acordo com os respectivos meios sociais e económicos de pertença. A criança como cidadão/cidadã encontra-se num processo embrionário de construção no nosso país. Algumas medidas têm sido tomadas, mas no que concerne por exemplo às políticas sociais, neste caso concreto, de protecção à infância, elas carecem de consistência assim como de um enquadramento político, baseado na cidadania e destinado especificamente àquela categoria social. Esta situação poderá estar relacionada com o facto de a criança apresentar simultaneamente uma imagem de sujeito activo e estruturador do quotidiano e uma imagem como sujeito/objecto de pertença familiar e meramente dependente.

Pretendemos chamar a atenção para o facto de que se avizinha um novo tempo para a infância, na viragem do milénio, numa modernidade talvez tardia, no qual a criança poderá vir a assumir um papel de maior e melhor protagonismo no devir da sociedade. Referimo-nos à criança cidadã, autónoma na sua representação social, por exemplo, ao nível da legislação e da protecção social, plena de direitos, sujeito/objecto de uma atenção social consistente, directa e específica.

Sabemos que Portugal rectificou a Convenção dos Direitos da Criança em 1990, sabemos igualmente que os seus artigos dizem respeito a um conjunto de direitos que podem ser organizados do seguinte modo:

Direitos relativos à provisão – onde estão patentes os direitos sociais da criança no que respeita por exemplo ao acesso aos cuidados de saúde, à educação, à segurança social, aos cuidados físicos, à vida familiar, à cultura e ao recreio;

Direitos relativos à protecção – onde são identificados os direitos da criança relativos à sua protecção contra a discriminação, o abuso físico e sexual, a exploração, a injustiça e o conflito;

Direitos relativos à participação – onde se encontram os direitos civis e políticos, aqueles que implicam o direito da criança ao nome e à identidade, o direito a ser consultada e ouvida, o direito a ter acesso à informação, o direito à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões para proveito próprio.

É neste contexto de direitos e de emergência de uma categoria social específica, a infância, que nos propomos dar a voz à criança, no sentido de a ouvir na consideração da sua vida familiar.

3. Os problemas das crianças: A visão da teoria e dos adultos

Através de algumas leituras efectuadas e da recolha de informação junto de informantes privilegiados podemos esquematizar alguns dos problemas sociais que afectam as crianças. Saliente-se que não pretendemos abordar, por exemplo, a questão da pobreza, a qual para William Corsaro (1997) constitui seguramente um dos mais sérios problemas que afectam o mundo da infância. Os problemas de carácter social que nos interessam podem, pois, ser abordados do seguinte modo:

- a) os problemas relacionados com a qualidade de vida das crianças;
- b) os problemas relacionados com a reorganização das estruturas familiares;
- c) os problemas relacionados com negligência/mau trato/violência;
- d) os problemas relacionados com o abuso;
- e) os problemas relacionados com a insegurança.

A qualidade de vida é uma noção difusa e também pluridimensional que se poderá traduzir numa infinita variedade de sentidos. Também esta noção constitui objecto de análise por parte de várias ciências. Delas, podemos destacar a sociologia, a psicologia, a economia, a psiquiatria e a medicina assim como outras ciências relacionadas com a questão da saúde. Neste sentido, poderão fazer parte daquela noção dimensões como, entre outras, a qualidade do ar, as acessibilidades em geral, os equipamentos, o tempo livre e o tempo de lazer, enfim todas as dimensões que se relacionam com o bem-estar dos indivíduos.

Nas sociedades modernas a tendência para a concentração populacional provocada fundamentalmente pelo êxodo rural e por um processo crescente de urbanização promove alterações com implicações directas no modo de vida dos indivíduos em geral. Esta tendência tem sido traduzida do ponto de vista sociológico como *cultura urbana*. O mesmo acontece em relação às crianças. Outrora brincavam no espaço colectivo que era a rua, a aldeia, sob os olhares de uma vizinhança próxima e alargada. O processo de socialização contava com aqueles espaços de preparação para o mundo adulto.

Actualmente, assiste-se a um processo crescente de institucionalização, muitas vezes precoce, da criança para o qual contribuem as instituições de guarda das crianças (creche, jardim

de infância, ATL), assim como o próprio alargamento da rede de educação pré-escolar, apesar de todas as suas virtualidades inquestionáveis. Considerada como um processo de integração socioeducativo paulatino que tende a uniformizar as (des)igualdades na e para a escola assim como procura promover a integração da instituição na comunidade e desenvolver interações com todas as estruturas dessa comunidade no sentido do bem-estar e do desenvolvimento de cada criança e sua família, a educação pré-escolar, assim como as demais instituições, procura contribuir efectivamente para a integração social da criança. No entanto, podemos questionar em que medida o facto de as crianças passarem longos períodos de tempo em espaços exteriores ao núcleo doméstico contribui de facto para o aumento da sua qualidade de vida. A era da modernidade poderá ser considerada como a época da “atomização” social do indivíduo. Na verdade, podemos estar a assistir a uma discreta desintegração social do indivíduo, relativamente à qual não serão alheias questões como o isolamento social e um individualismo crescente que se vai tornando manifesto. Estaremos a retomar o conceito de *anomia social* de Durkheim, ainda que numa *outra versão*? Sabemos igualmente, na esteira da psicologia e até da antropologia, designadamente, que a criança pequena (primeira infância), para o seu equilíbrio afectivo e emocional carece da emotividade e do mimo traduzidos nas *relações mais precoces*, entre mãe/pai e filhos. A criança encontra-se dotada de capacidades intrínsecas de aprendizagem social e dos afectos, manifestando desde muito cedo as suas preferências afectivas e é tantas vezes precocemente deslocada do núcleo familiar para a instituição. “O pequeno procura a ternura que os adultos sabem dar, na calma imagem de ver a grande figura capaz de ganhar aos outros, de levar certo e seguro ao sítio procurado, de entregar o que o corpo e o espírito procuram como conforto e segurança – a segurança que o pequeno não tem porque só sabe de necessidades e não de satisfações...) é a pequena que corre a tomar refúgio entre as pernas do pai, e o pequeno que esconde a carinha no pescoço da mãe, ao qual se abraça e não larga.” (Iturra, 1997:83) É numa ambivalente mistura de aprendizagens sociais e de afectos que a criança da era moderna vive. Remetendo para a análise de Durkheim, somos levados a questionar até que ponto a homogeneização institucional não colocará em risco as próprias especificidades familiares pois a educação deve visar a aprendizagem social que a sociedade no seu conjunto exige assim como as demais solicitações que o meio particular ao qual se destina a criança assim o exige igualmente.

As alterações relativas à sociedade moderna trazem consigo igualmente transformações ao nível das estruturas familiares. A entrada da mulher no mundo do trabalho e o aumento significativo da taxa de divórcio em Portugal constituem alguns dos factores que conduzem à transformação do panorama familiar no nosso país.

A monoparentalidade, as uniões de facto, o aumento do número de filhos fora do casamento, e as recomposições familiares, onde a presença de crianças permite atribuir a unidade de análise ao fenómeno, são talvez as novas configurações familiares que têm vindo a assumir maior significado na nossa sociedade. Neste contexto, a criança despe o seu próprio protagonismo na vida quotidiana em prol do interesse parental. É ela que acaba por circular por vários agregados domésticos assistindo à coexistência de factores socializadores, por vezes, conflituantes. No que concerne, por exemplo, à política social, não podemos afirmar que em Portugal exista uma verdadeira política de protecção social à família assim como não se verifica a existência de uma política de protecção face à criança considerada como sujeito autónomo e cidadã. Existem, isso sim, medidas parcelares como, por exemplo, o apoio à maternidade e à paternidade, como também outras prestações familiares. O Estado não disponibiliza o apoio suficiente em termos de acompanhamento, por exemplo de cariz psicológico, face a estas crianças, *saltitantes*, que vivenciam experiências conjuntas com mães e madrastas, com pais e padrastos. O mesmo acontece relativamente a outros domínios da vida social, como no que toca à monoparentalidade. De facto, a ausência de um dos progenitores não constitui igualmente a situação mais favorável ao desenvolvimento afectivo da criança.

A modernidade faz-se acompanhar de profundas transformações que condicionam os comportamentos humanos. Neste contexto, podemos afirmar que vivenciamos hoje um fenómeno que se caracteriza por uma ameaça constante, por vezes invisível, que se traduz numa insegurança generalizada. Procuramos apontar a nossa análise para um (novo) problema

que afecta o mundo sólido e maciço da infância: uma *vitimização* crescente acompanhada de um medo generalizado. As crianças correm riscos devidos, por exemplo, à sua dependência face aos adultos, à sua pequena e frágil estatura e à relativa tolerância legal da própria *vitimização*. Regra geral, são os meios socioeconómicos mais desfavorecidos que se encontram mais vulneráveis relativamente à *vitimização* e ao crime de rua. Contudo, este medo tem-se generalizado estendendo-se a vários estratos sociais. O desaparecimento de crianças, o abuso sexual e outros serviços afins, e a violência são alguns dos exemplos mais preocupantes que ultrapassam largamente a dignidade, a vida e os Direitos da Criança. São interesses movidos por uma lógica de mercado paralelo, ilegal e de escravidão. Um pouco por todo o mundo são relatados e conhecidos casos que promovem a visibilidade deste (novo) problema social que afecta o mundo dos mais pequenos. Uma insegurança que se sente no exterior do espaço doméstico. Paradoxalmente, e numa perspectiva diferente, sabemos também que a criança maltratada, em que a agressão apresenta uma natureza diversificada, provém, desta vez, na sua maioria, do próprio espaço doméstico e ou familiar...

São estes (novos) problemas sociais do mundo diversificado da infância que deverão ser objecto de reflexão. Mas outros existem, e já se vislumbram tendências na consideração dos problemas, alguns mais pontuais outros resultantes das alterações das próprias estruturas sociais ao nível do quotidiano. É a rotina diária que estrutura toda a vida do indivíduo e desde cedo as crianças são expostas a ela. Assim, por exemplo, a mudança dos hábitos alimentares é uma realidade. O dia-a-dia da sociedade moderna exige a todos os membros da família vivências de longo tempo fora do espaço doméstico. A confecção das refeições tende a ser cada vez mais rápida, a confecção de legumes e de outros alimentos saudáveis tendem a ser substituídas por pratos rápidos, pré-confeccionados, *prontos a comer*. Os membros da família têm muitas vezes horários diferentes. Por vezes, encontram-se durante breves instantes ao longo do dia. Nas instituições de *guarda de crianças*, creche, jardim-de-infância e ATL, nem sempre os orçamentos permitem a contratação de pessoal no sentido de fazer face às necessidades sentidas. Os cortes orçamentais no pessoal significam, por vezes, segundo alguns médicos, menor probabilidade de uma alimentação com legumes variados, pois estes são morosos na sua preparação. Os problemas de obesidade infantil e juvenil, anorexia, bulimia, entre outros, enfim, os maus hábitos alimentares em geral são apontados como significativos.

4. Dar a voz às crianças

O mundo da infância, geralmente pensado e construído pelos adultos, solicita agora uma participação especial. Há pois que dar a voz à criança na construção sócio-cultural do seu mundo.

4.1 Quem são?

O estudo exploratório centrou-se na análise de dois ATL's pertencentes ao concelho do Porto. No sentido de preservar o seu anonimato, vamos chamar-lhes ATL SI e ATL MO. Cada um deles possui a seu cargo 47 crianças. Enquanto que do ATL SI fazem parte 25 rapazes e 22 raparigas com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, do ATL MO fazem parte, por sua vez, 26 rapazes e 21 raparigas com idades situadas entre os 8 e os 10 anos. Procedeu-se à escolha destas duas instituições essencialmente pelas suas diferenças ao nível da população utente. Em MO as crianças provêm de estratos sociais considerados favorecidos (tendo em conta por exemplo indicadores como zona residencial, nível de rendimentos, nível de habilitações literárias dos pais, profissão, tipo de equipamento existente no espaço doméstico, como por exemplo, nº de televisões, computadores, internet), em SI as crianças são provenientes de famílias de estratos sociais baixos (atendendo aos indicadores anteriormente descritos). Desta totalidade de crianças, optamos por definir como amostra para o estudo em causa 64 crianças. A esta população aplicamos a entrevista conversa grupal, em grupos formados para o efeito. Depois desta aproximação tornou-se possível a realização de 20 entrevistas – conversa singulares, 10 crianças em cada ATL.

4.2 O que dizem?

Construídas várias categorias de análise *à priori*, as quais não serão apresentadas na sua totalidade, optamos por seleccionar as anteriormente referidas. A representação que as crianças fazem da sua família e a forma como descrevem e percebem o *tempo útil* passado em família. Estas categorias foram essencialmente cruzadas com o meio socioeconómico de pertença.

Permite detectar diferenças e possibilitam a visualização da capacidade de fazer representações sociais de que as crianças dispõem.

Relativamente à primeira categoria, devemos acrescentar que a mesma foi subdividida em duas dimensões: *família real* e *família idealizada*, exactamente no sentido de controlar a informação.

Devemos salvaguardar que este processo de investigação é pertinente, é realizável, mas deve ser cruzado com outras técnicas de recolha de informação, nomeadamente a observação participante, a feitura de desenhos em momentos diferentes sobre o mesmo tema pelas crianças, inquéritos e entrevistas aplicado aos pais e aos educadores. Estas técnicas, algumas já foram aplicadas, outras encontram-se em fase de aplicação.

No que concerne ao tema família, através da aplicação da técnica da entrevista grupal às crianças dos dois ATL's considerados, constatámos que no ATL SI, as actividades realizadas em família mais evidenciadas são "brincar" e o "fazer compras" logo seguidas de "arrumar a casa". Por seu lado, e no que respeita ao ATL MO, as actividades realizadas em família mais ocorridas são o "passear" e o "conversar", o que nos leva a crer que esta população em casa aproveita melhor o seu tempo de ócio com a família, estas famílias procuram realizar actividades mais agradáveis e ouvem mais a criança, será que podemos antever um outro protagonismo no seio familiar para estas crianças pertencentes a estratos sociais mais elevados?

Aplicando entrevistas – conversa singulares e separando *família real* e *família idealizada*, verificámos relativamente ao ATL SI que a representação maioritariamente construída diz respeito à categoria "Pai, mãe e filhos", o que nos revela não só a imagem que as crianças têm da família em geral mas também a imagem que as mesmas têm da família idealizada, uma vez que estamos perante um número significativo de crianças que vivem em famílias monoparentais e inclusivamente algumas mesmo desestruturadas. Interessante é notar, ainda relativamente a este ATL, que as categorias que mais ocorrem para a família real são as seguintes: "passam pouco tempo juntos", "conversam pouco", mas, "dão-se bem".

Por sua vez, a população entrevistada do ATL MO não expressa diferenças entre a *família idealizada* e a *família real*, exceptuando um único caso, que sabemos que os pais se encontram em processo de divórcio. Se a família idealizada, para estas crianças, é "uma reunião de pessoas" e "ser feliz", a família real por sua vez é "pessoas que convivem e são felizes", e "uma coisa boa".

Ainda através da aplicação das entrevistas – conversa singulares, questionámos as crianças sobre a ocupação do tempo em família. Mais uma vez, detectam-se diferenças consoante o meio social de origem. Enquanto que a actividade realizada em família mais apontada pelas crianças do ATL SI é "arrumar a casa", e note-se que um número significativo de crianças não encontrou uma actividade que fosse realizada por todos os membros do agregado familiar, facto relacionado também com a estrutura familiar da monoparentalidade, as crianças do ATL MO apontam como actividades realizadas em família mais frequentes as seguintes: "passear", "brincar" e "viajar". As diferenças são notórias. Neste último caso, perspectiva-se que a preocupação com o desenvolvimento global da criança é mais acentuada.

5. Para reflectir...

Convém salientar que o material empírico recolhido ainda é embrionário. No entanto começamos a vislumbrar que, segundo as próprias crianças, existirá uma relação tendencial entre o estrato social de pertença e a ocupação útil do seu tempo de ócio, no sentido do

desenvolvimento global da criança. Na população entrevistada, verifica-se que nos estratos sociais mais favorecidos há uma preocupação de ocupar o tempo em família com determinada qualidade, enquanto que nos estratos sociais menos favorecidos, a ocupação do tempo em família é canalizada para as actividades relacionadas com a rotina doméstica.

Sendo assim, estamos talvez perante um problema social que afecta uma parte significativa das crianças: não usufruem de um *tempo útil em família* que tenha como finalidade o seu desenvolvimento global da criança e o da família.

Estaremos perante um problema resultante das próprias alterações das estruturas sociais designadamente no que respeita à entrada da mulher portuguesa no mundo do trabalho?

Será que os níveis de escolaridade e os níveis de literacia dos pais têm influência?

Será que a estrutura social das oportunidades aumentou e diversificou-se de tal forma que os pais hoje não têm tempo para os filhos?

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Nunes de (2000), Olhares sobre a Infância: pistas para a mudança, Actas do Congresso Internacional Os Mundos Sociais e Culturais da Infância, Actas, Vol.II, Braga, Universidade do Minho.
- ALMEIDA, Ana Nunes de; ANDRÈ, Isabel; ALMEIDA, Helena (2001), Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal, Relatório Final, Lisboa, Assembleia da República.
- BARRETO, António (org.)(1996), *A Situação Social em Portugal*, Lisboa, ICS.
- BARRETO, António (2002) *Tempo de Incerteza*, Lisboa, Edições Relógio D'Água.
- CORSARO, William (1997), *The Sociology of Childhood*, California, Pine Forge Press.
- CARREIRA, Medina (1996) *As Políticas Sociais em Portugal*, in BARRETO (org.) BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal*, Lisboa, ICS, pág. 365 - 498.
- FERNANDES, António Teixeira (2000), *Desigualdades e Representações Sociais*, in Revista de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº 10, pág. 203 – 214.
- GUIDDENS, Anthony (1994) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- GUIDDENS, Anthony (1998), *Para Uma Terceira Via*, Lisboa, Editorial Presença.
- GRUPO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA (1992), *Familles et Contextes Sociaux*, Actes du colloque de Lisbonne, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia ISCTE.
- ESTEVES, António Joaquim (1995), *Jovens e Idosos. Família, Escola e Trabalho*, Porto, Edições Afrontamento.
- ITURRA, Raúl (1997), *O Imaginário das Crianças. Os silêncios da cultura oral*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- ITURRA, Raúl (1998), *Como era quando não era o que sou. O crescimento das crianças*, Profedições.
- ITURRA, Raúl; JORGE, Vítor Oliveira (coords) (1997) *Recuperar o Espanto: o Olhar da Antropologia*, Porto, Edições Afrontamento.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Gradiva.
- KELLERHALS, Jean, TROUTOT, Pierre-Yves, LAZEGA, Emmanuel (1984), *Microsociologia da Família*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- MONTEIRO, Mª Benedita; CASTRO, Paula (1997), *Cada Cabeça Sua Sentença*, Oeiras, Celta Editora.

- MAGALHÃES, Justino; FLORÊNCIO, Violante (2000), *Retratos do passado: o universo dos desejos, reais e ficcionais, das crianças portuguesas de há cinquenta anos* in Congresso Internacional *Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, Actas , Vol II, Braga, Universidade do Minho.
- MARTIN, Claude (1991) A propos de la desinstitutionnalisation le cas des recompositions familiales, in SAADI -MOKRANE , D. (org.) *Sociétés et Cultures Infantines*, Lille, Edition du Conseil Scientifique de l'Université Charles-de- Gaulle.
- MOLLO-BOUVIER, S. (1991) Les Dimensiones sociologiques des modes de vie des enfants, in SAADI -MOKRANE , D. (org.) *Sociétés et Cultures Infantines*, Lille, Edition du Conseil Scientifique de l'Université Charles-de- Gaulle.
- PINTO, Manuel (2000), *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Porto, Edições Afrontamento.
- PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (1999), *Saberes Sobre as Crianças*, Coleção Infans, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- SARMENTO, Manuel Jacinto (2000) Os Ofícios da Criança, in in Congresso Internacional *Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, Actas , Vol II, Braga, Universidade do Minho.
- CARAMELO, Paula; COSTA, Luísa (1999) *Construção de políticas Sociais de Protecção à Criança – os documentos oficiais de referência* in SARMENTO, Manuel Justino; PINTO Manuel (Coords.) *Saberes Sobre a Infância*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos Sobre a Criança.
- SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa (1994), As Identidades da Infância, in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 16, pp. 151 – 171, Lisboa, ISCTE.
- SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa (2001), Metodologias de Pesquisa Empírica com Crianças, in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 35, pp.9-29, Lisboa, CIES.
- RELVAS, Ana Paula (1996), *O Ciclo Vital da Família*, Porto, Edições Afrontamento.